

Elpídio **Donizetti**  
Felipe **Quintella**

Curso de  
**DIREITO**  
**CIVIL**



**10<sup>a</sup>**  
edição

Revista,  
atualizada  
e ampliada



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
  
- Fechamento desta edição: 18.02.2021
  
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
  
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
  
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2021 by  
**Editores Atlas Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Rua Conselheiro Nébias, 1.384  
São Paulo – SP – 01203-904  
www.grupogen.com.br
  
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
  
- Até a 8.ª edição, esta obra era intitulada *Curso didático de Direito Civil*.
  
- Capa: Danilo Oliveira
  
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

D737c  
Donizetti, Elpidio

Curso de Direito Civil / Elpidio Donizetti, Felipe Quintella. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-85-97-02790-7

1. Direito civil – Brasil. I. Quintella, Felipe. II. Título.

21-69216

CDU: 347(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



# Sumário

---

## Parte I Teoria Geral do Direito Civil

<b>1. Introdução ao Estudo do Direito Civil</b> .....	<b>3</b>
1. Acepções do vocábulo direito .....	3
1.1 Direito objetivo e direito subjetivo .....	3
1.2 Direito natural e direito positivo.....	4
2. Ordenamento e sistemas jurídicos .....	5
3. Fontes do Direito .....	6
3.1 Lei.....	7
3.1.1 Princípios informadores da vigência das leis.....	7
3.1.2 Classificação das leis .....	8
3.1.3 Interpretação das leis .....	8
3.2 Princípios gerais do Direito .....	11
3.3 Jurisprudência .....	12
3.4 Doutrina.....	15
3.5 Costume .....	16
4. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei 4.657/42) .....	16
4.1 Vigência das leis .....	17
4.1.1 Obrigatoriedade e eficácia das leis .....	17
4.1.2 Continuidade e revogação das leis .....	19
4.1.3 Irretroatividade das leis .....	19
4.1.4 Especialidade das leis.....	19
4.1.5 Eficácia repristinatória.....	19
4.2 Conflito de leis no tempo e no espaço .....	20
4.2.1 Conflito de leis no tempo.....	20

4.2.2	Conflito de leis no espaço .....	22
5.	Breve histórico da codificação do Direito Civil brasileiro .....	23
<b>2.</b>	<b>Teoria das Pessoas (arts. 1º a 78)</b> .....	<b>31</b>
1.	Teoria da personalidade jurídica .....	31
1.1	Crise da personalidade jurídica .....	31
1.2	Categorias de pessoas aceitas por unanimidade .....	32
1.3	Categorias de pessoas em disputa por reconhecimento .....	33
2.	Pessoa natural.....	33
2.1	Pessoa natural: início da personalidade; nascituro.....	33
2.1.1	Posicionamento atual do STJ .....	34
2.1.2	Questões patrimoniais práticas .....	35
2.1.3	O projeto do Estatuto do Nascituro .....	36
2.2	Pessoa natural: fim da personalidade.....	40
2.2.1	Comoriência .....	40
2.2.2	Presunção da morte .....	42
2.3	Teoria das capacidades .....	45
2.3.1	Crítica à doutrina .....	47
2.3.2	O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a teoria das capacidades.....	48
2.3.3	Incapacidade de fato absoluta.....	49
2.3.4	Incapacidade de fato relativa.....	50
2.3.5	Crítica à nova disciplina da capacidade de fato após a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	51
2.3.6	Maioridade e emancipação .....	53
2.3.7	Teoria da capacidade reduzida .....	56
2.4	Estado .....	57
2.5	Ausência.....	58
2.5.1	Hipóteses de ausência .....	58
2.5.2	Procedimento da declaração de ausência.....	59
2.5.3	Curadoria dos bens do ausente .....	59
2.5.4	Abertura da sucessão provisória.....	61
2.5.4.1	Retorno ou morte do ausente .....	63
2.5.5	Declaração da morte presumida e abertura da sucessão definitiva .....	63
2.6	Domicílio .....	66
2.7	Direitos da personalidade .....	69
2.7.1	Tutela dos direitos da personalidade .....	70
2.7.2	Considerações acerca de alguns direitos da personalidade .....	71

2.7.2.1	Direito à busca da felicidade e à realização plena ...	71
2.7.2.2	Direito ao nome .....	73
2.7.2.3	Direito à imagem .....	79
2.7.2.4	Direito ao próprio corpo .....	80
2.7.2.5	Direito à privacidade.....	81
2.7.2.6	Direito à identidade de gênero e direito à orientação sexual.....	83
2.8	Entes de capacidade reduzida.....	83
3.	Pessoas jurídicas .....	85
3.1	Teorias sobre a pessoa jurídica.....	86
3.2	Pessoa jurídica: início da personalidade .....	87
3.3	Pessoa jurídica: fim da personalidade.....	88
3.4	Categorias de pessoa jurídica .....	88
3.4.1	Associações .....	88
3.4.2	Sociedades .....	90
3.4.3	Fundações.....	91
3.5	Nome da pessoa jurídica .....	93
3.6	Teoria da desconsideração da personalidade jurídica .....	93
<b>3.</b>	<b>Teoria dos Bens (arts. 79 a 103) .....</b>	<b>105</b>
1.	Bens considerados em si mesmos .....	106
1.1	Bens móveis e imóveis.....	106
1.2	Bens fungíveis ou infungíveis.....	108
1.3	Bens consumíveis e inconsumíveis.....	108
1.4	Bens divisíveis e indivisíveis .....	108
1.5	Bens singulares ou coletivos .....	109
1.6	Bens públicos ou particulares.....	109
2.	Bens reciprocamente considerados .....	110
2.1	Bens principais, acessórios e pertenças.....	110
2.2	Frutos e produtos .....	113
2.2.1	Frutos .....	113
2.2.2	Produtos .....	113
2.3	Benfeitorias e acessões.....	114
2.3.1	Benfeitorias .....	114
2.3.2	Acessões.....	115
2.3.3	Necessidade da distinção entre benfeitorias e acessões – consequências jurídicas diversas .....	116
<b>4.</b>	<b>Teoria dos Fatos Jurídicos .....</b>	<b>119</b>
1.	Fatos jurídicos em sentido estrito.....	119

2. Atos jurídicos .....	120
<b>5. Negócios Jurídicos (arts. 104 a 114 e 121 a 185) .....</b>	<b>123</b>
1. Espécies de atos jurídicos lícitos .....	123
1.1 Atos jurídicos voluntários .....	123
1.2 Negócios jurídicos .....	124
2. Elementos dos negócios jurídicos .....	124
2.1 Elementos intrínsecos .....	124
2.1.1 Elementos essenciais .....	125
2.1.2 Elementos acidentais .....	125
2.2 Elementos extrínsecos .....	125
3. Requisitos de validade dos negócios jurídicos .....	125
3.1 Capacidade dos sujeitos .....	126
3.2 Possibilidade, licitude e determinabilidade do objeto .....	126
3.3 Licitude do motivo determinante .....	127
3.4 Observação da forma prescrita ou não defesa em lei .....	128
4. Modalidades dos atos jurídicos .....	129
4.1 Ato puro e simples .....	129
4.2 Ato condicional .....	130
4.2.1 Ato sujeito a condição suspensiva .....	130
4.2.2 Ato sujeito a condição resolutiva .....	131
4.2.3 Impossibilidade e ilicitude da condição .....	131
4.2.3.1 Condições ilícitas .....	131
4.2.3.2 Condições física ou juridicamente impossíveis .....	132
4.2.3.3 Condições de não fazer coisa impossível .....	132
4.2.4 Eficácia do implemento da condição .....	133
4.2.5 Interferência voluntária no implemento da condição .....	133
4.3 Ato sujeito a termo .....	134
4.3.1 Contagem de prazo .....	134
4.4 Ato modal .....	135
5. Classificação dos negócios jurídicos .....	136
5.1 Atos unilaterais e atos bilaterais .....	136
5.2 Atos gratuitos e atos onerosos .....	137
5.3 Atos <i>inter vivos</i> e atos <i>causa mortis</i> .....	137
5.4 Atos principais e atos acessórios .....	137
5.5 Atos solenes e consensuais .....	138
5.6 Atos causais e atos abstratos .....	138
5.7 Atos <i>intuitu personae</i> e atos impessoais .....	138
6. Interpretação da vontade nos negócios jurídicos .....	138

7. Invalidade dos negócios jurídicos .....	141
7.1 Nulidade dos negócios jurídicos.....	142
7.1.1 Hipóteses de nulidade.....	142
7.1.1.1 Incapacidade do sujeito .....	142
7.1.1.2 Ilicitude, impossibilidade ou indeterminabilidade do objeto .....	143
7.1.1.3 Ilicitude do motivo determinante.....	143
7.1.1.4 Forma em desacordo com a lei .....	144
7.1.1.5 Preterição de solenidade legal.....	144
7.1.1.6 Objetivo de fraudar lei imperativa .....	144
7.1.1.7 Previsão legal.....	144
7.1.1.8 Simulação .....	144
7.1.2 Ato inexistente .....	147
7.1.3 Direito e dever de alegar nulidades.....	147
7.1.4 Produção indireta de efeitos do ato nulo .....	148
7.1.5 Crítica à nulidade do negócio jurídico .....	148
7.2 Anulabilidade dos negócios jurídicos .....	148
7.2.1 Convalidação dos atos anuláveis .....	149
7.2.2 Vícios do ato jurídico .....	150
7.2.2.1 Erro.....	151
7.2.2.2 Dolo.....	157
7.2.2.3 Coação .....	160
7.2.2.4 Estado de perigo .....	163
7.2.2.5 Lesão.....	166
7.2.2.6 Fraude contra credores .....	169
7.2.3 Ação anulatória.....	173
8. Prova dos negócios jurídicos.....	176
<b>6. Atos Ilícitos (arts. 186 a 188) .....</b>	<b>185</b>
<b>7. Representação (arts. 115 a 120).....</b>	<b>189</b>
<b>8. Prescrição e Decadência (arts. 189 a 211) .....</b>	<b>193</b>
1. Prescrição.....	193
1.1 Prazos prescricionais .....	196
1.2 Impedimento e suspensão do prazo prescricional .....	199
1.2.1 Causas impeditivas ou suspensivas.....	199
1.2.1.1 Constância da sociedade conjugal.....	199
1.2.1.2 Poder familiar .....	200

1.2.1.3	Tutela ou curatela .....	200
1.2.1.4	Incapacidade absoluta.....	200
1.2.1.5	Serviço público fora do país.....	201
1.2.1.6	Atuação em guerra .....	201
1.2.1.7	Pendência de condição suspensiva.....	201
1.2.1.8	Prazo não vencido .....	201
1.2.1.9	Pendência de ação de evicção .....	201
1.3	Interrupção do prazo prescricional .....	203
1.3.1	Causas interruptivas.....	203
1.3.1.1	Citação .....	203
1.3.1.2	Protesto .....	203
1.3.1.3	Apresentação do título de crédito .....	204
1.3.1.4	Mora .....	204
1.3.1.5	Ato inequívoco de reconhecimento do direito .....	204
2.	Decadência .....	206
2.1	Decadência legal.....	208
2.2	Decadência convencional .....	209

## **Parte II**

### **Direito das Obrigações**

<b>1.</b>	<b>Direitos Absolutos e Direitos Relativos.....</b>	<b>215</b>
<b>2.</b>	<b>Noção de Obrigação .....</b>	<b>219</b>
1.	Conceito de obrigação .....	219
1.1	Obrigação em sentido amplo .....	219
1.2	Obrigação em sentido estrito .....	221
2.	Elementos das obrigações.....	222
2.1	Elementos essenciais.....	222
2.1.1	Sujeitos.....	222
2.1.2	Objeto .....	222
2.1.3	Vínculo jurídico.....	223
2.2	Teorias acerca da essência da obrigação .....	223
2.3	Elementos acidentais .....	224
2.3.1	Condição .....	224
2.3.2	Termo.....	225
2.3.3	Encargo.....	225

<b>3. Classificação das Obrigações (arts. 233 a 285)</b> .....	227
1. Classificação das obrigações quanto ao objeto .....	227
1.1 Obrigações de dar .....	227
1.1.1 Obrigações de dar coisa certa .....	228
1.1.1.1 Hipóteses de perda e deterioração do objeto da prestação em obrigação de dar coisa certa .....	229
1.1.1.2 Melhoramentos e acréscimos do objeto da prestação em obrigação de dar coisa certa .....	232
1.1.1.3 Inexecução das obrigações de dar coisa certa .....	234
1.1.2 Obrigações de dar coisa incerta .....	235
1.1.3 Execução judicial das obrigações de dar .....	236
1.1.3.1 Execução de obrigação de dar constante de título executivo extrajudicial .....	236
1.1.3.2 Execução de obrigação de dar constante de título executivo judicial .....	237
1.2 Obrigações de fazer .....	239
1.2.1 Diferença entre obrigação de dar e obrigação de fazer – estudo de caso .....	240
1.2.2 Fungibilidade da prestação .....	241
1.2.3 Impossibilidade superveniente da prestação .....	242
1.2.4 Execução judicial das obrigações de fazer .....	243
1.2.4.1 Execução de obrigação de fazer constante de título executivo extrajudicial .....	243
1.2.4.2 Execução de obrigação de fazer constante de título executivo judicial .....	244
1.3 Obrigações de não fazer .....	245
1.3.1 Impossibilidade superveniente da prestação negativa .....	246
1.3.2 Divisibilidade ou não da prestação negativa .....	246
1.3.3 Inexecução da obrigação de não fazer .....	247
1.3.4 Divisibilidade ou não da prestação e inexecução da obrigação de não fazer .....	247
1.3.5 Execução judicial das obrigações de não fazer .....	248
1.3.5.1 Execução de obrigação de não fazer constante de título executivo extrajudicial .....	248
1.3.5.2 Execução de obrigação de não fazer constante de título executivo judicial .....	249
1.4 Obrigações divisíveis e indivisíveis .....	250
1.4.1 Pluralidade de sujeitos .....	251
2. Classificação das obrigações quanto aos sujeitos: obrigações solidárias .....	253

2.1	Diferenças entre obrigação solidária e obrigação indivisível .....	254
2.2	Teorias acerca da solidariedade.....	254
2.3	Vínculo interno da solidariedade.....	255
2.4	Elementos não essenciais da obrigação solidária .....	255
2.5	Solidariedade ativa.....	256
2.5.1	Pagamento fracionado.....	256
2.5.2	Intransmissibilidade da solidariedade <i>causa mortis</i> .....	256
2.5.3	Conversão da obrigação solidária em perdas e danos.....	257
2.5.4	Remissão da dívida por um dos credores .....	257
2.5.5	Oponibilidade de exceções pessoais .....	257
2.6	Solidariedade passiva.....	258
2.6.1	Chamamento ao processo .....	258
2.6.2	Oponibilidade de exceções pessoais .....	259
2.6.3	Intransmissibilidade da solidariedade <i>causa mortis</i> .....	259
2.6.4	Impossibilidade da prestação.....	259
2.6.5	Juros moratórios e multa .....	260
2.6.6	Renúncia da solidariedade .....	260
2.6.7	Vínculo interno: presunção de igualdade de quotas; interesse imediato de um dos devedores na prestação .....	260
2.7	Solidariedade – estudo de caso .....	263
3.	Classificação das obrigações quanto a elementos não essenciais.....	265
3.1	Obrigações alternativas.....	265
3.1.1	Execução judicial das obrigações alternativas .....	267
3.2	Obrigações facultativas .....	269
3.3	Obrigações cumulativas .....	270
3.4	Obrigações principais e acessórias.....	271
3.5	Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais.....	272
3.6	Obrigações de meio e de resultado.....	274
3.7	Obrigações civis e naturais .....	275
3.8	Obrigações <i>propter rem</i> .....	277
3.9	Obrigações contínuas .....	279
4.	<b>Extinção Natural das Obrigações (arts. 304 a 359)</b> .....	283
1.	Teoria do pagamento.....	284
1.1	Natureza jurídica do pagamento.....	284
1.2	Daqueles que devem pagar .....	285
1.2.1	Terceiro interessado .....	286
1.2.2	Terceiro não interessado.....	286
1.2.3	Legítimo interesse do devedor em que terceiro não pague .....	288

1.2.3.1	Legítimo interesse do devedor em que terceiro não pague – estudo de caso .....	289
1.3	Daqueles a quem se deve pagar.....	290
1.3.1	Pagamento feito ao credor cujo crédito foi penhorado ou impugnado .....	290
1.3.2	Pagamento feito ao credor putativo .....	291
1.3.3	Pagamento feito ao credor incapaz de dar quitação .....	291
1.3.3.1	Pagamento feito ao credor incapaz de dar quitação – estudo de caso.....	292
1.4	Objeto do pagamento.....	294
1.4.1	Princípios da identidade, da integridade e da indivisibilidade	294
1.4.1.1	Princípio da identidade em obrigação de fazer – estudo de caso .....	295
1.4.2	Demais considerações acerca do objeto do pagamento .....	296
1.4.2.1	Teoria da imprevisão.....	297
1.5	Tempo do pagamento.....	297
1.5.1	Vencimento antecipado .....	297
1.6	Lugar do pagamento .....	298
1.7	Prova do pagamento .....	298
2.	Modalidades especiais de pagamento .....	299
2.1	Pagamento por consignação.....	299
2.1.1	Hipóteses que autorizam o pagamento por consignação.....	299
2.1.2	Procedimento da consignação.....	300
2.1.3	Consignação de imóvel ou corpo certo .....	301
2.1.4	Obrigação litigiosa .....	302
2.2	Pagamento com sub-rogação .....	304
2.2.1	Sub-rogação legal .....	304
2.2.2	Sub-rogação convencional .....	305
2.3	Imputação do pagamento .....	306
2.4	Dação em pagamento .....	307
2.4.1	Quando pode ocorrer a dação; diferença da novação.....	308
2.4.2	Modalidades de obrigações que podem ser extintas pela dação...	308
2.4.3	Objeto da dação.....	308
<b>5.</b>	<b>Inexecução das Obrigações (arts. 389 a 406).....</b>	<b>315</b>
1.	Inadimplemento absoluto.....	315
1.1	Impossibilidade da execução por caso fortuito ou força maior .....	315
1.2	Impossibilidade da execução por fato imputável ao sujeito.....	316

1.3	Impossibilidade da execução em contrato gratuito e em contrato oneroso .....	317
2.	Perdas e danos.....	318
3.	Mora .....	321
3.1	Mora do devedor.....	321
3.1.1	Requisitos para configuração da mora do devedor .....	321
3.1.1.1	Exigibilidade imediata da prestação .....	321
3.1.1.2	Inexecução culposa .....	322
3.1.1.3	Constituição em mora .....	322
3.1.2	Efeitos da mora do devedor .....	323
3.1.2.1	Incidência da cláusula penal .....	323
3.1.2.2	Responsabilidade pelas perdas e danos .....	323
3.1.2.3	Agravação da responsabilidade pela impossibilidade da prestação.....	323
3.2	Mora do credor.....	325
3.3	Purgação da mora .....	327
4.	Cláusula penal.....	328
4.1	Funções da cláusula penal.....	329
4.2	Momento em que pode ser pactuada a cláusula penal .....	329
4.3	Natureza da cláusula penal .....	329
4.4	Valor da multa e possibilidade de revisão.....	329
4.5	Cláusula penal em obrigação divisível e obrigação indivisível .....	330
4.6	Multa compensatória.....	331
4.7	Multa moratória .....	332
4.8	Cláusula penitencial e arras.....	334
<b>6.</b>	<b>Extinção das Obrigações sem Pagamento (arts. 360 a 384) .....</b>	<b>337</b>
1.	Novação .....	337
1.1	Diferença entre novação objetiva e dação em pagamento.....	337
1.2	Requisitos para a configuração da novação.....	338
1.2.1	Existência de obrigação anterior .....	338
1.2.2	Consentimento .....	338
1.2.3	Surgimento de obrigação nova .....	338
1.2.4	Ânimo de novar.....	338
1.2.5	Requisitos da novação – estudo de caso 1.....	339
1.2.6	Requisitos da novação – estudo de caso 2.....	340
1.3	Novação subjetiva passiva.....	342
1.3.1	Novação por expromissão.....	342
1.3.2	Novação por delegação.....	342

1.4	Efeitos da novação .....	342
2.	Compensação .....	345
2.1	Natureza da compensação .....	345
2.2	Natureza do reconhecimento jurisdicional da compensação .....	347
2.3	Requisitos para configuração da compensação .....	347
2.4	Casos de impossibilidade de compensação .....	348
2.4.1	Impossibilidade de compensação em razão da causa da dívida...	348
2.4.2	Impossibilidade de compensação em prejuízo de direito de terceiro .....	349
2.5	Compensação de dívida de terceiros .....	349
2.6	Compensação de dívidas pagáveis em lugares diversos.....	349
2.7	Compensação de crédito cedido .....	350
2.8	Compensação múltipla.....	350
3.	Confusão.....	351
4.	Remissão .....	352
5.	Transação .....	353
5.1	Requisitos para a configuração da transação .....	353
5.2	Objeto da transação .....	355
5.3	Eficácia da transação .....	355
5.4	Invalidade da transação.....	356
5.4.1	Nulidade da transação .....	356
5.4.2	Anulabilidade da transação.....	357
5.5	Cláusula penal na transação .....	357
6.	Compromisso.....	358
<b>7.</b>	<b>Transmissão das Obrigações (arts. 286 a 303) .....</b>	<b>363</b>
1.	Cessão de crédito .....	363
1.1	Créditos passíveis de cessão.....	363
1.2	Eficácia da cessão de crédito .....	363
1.2.1	Eficácia com relação ao devedor .....	363
1.2.2	Eficácia com relação a terceiros.....	364
1.2.3	Eficácia com relação ao cedente .....	364
1.3	Crédito penhorado .....	364
1.4	Múltiplas cessões.....	365
2.	Assunção de dívida.....	366
<b>8.</b>	<b>Responsabilidade Civil Extracontratual (arts. 186 a 188 e 927 a 954) .....</b>	<b>369</b>
1.	Fundamento da reparação civil .....	369
2.	Modalidades de responsabilidade civil.....	371

2.1	Responsabilidade civil por culpa (responsabilidade subjetiva) .....	371
2.2	Responsabilidade civil independente de culpa (responsabilidade objetiva) .....	372
3.	Requisitos configuradores da responsabilidade civil .....	374
3.1	Ato.....	375
3.1.1	Análise objetiva da culpa.....	376
3.1.2	Ato ilícito por abuso de direito.....	376
3.2	Dano .....	379
3.2.1	Dano material .....	379
3.2.2	Dano moral .....	379
3.2.3	Dano estético .....	380
3.3	Nexo de causalidade .....	382
3.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes.....	382
3.3.2	Teoria da causalidade adequada.....	383
3.3.3	Teoria da causalidade alternativa .....	385
3.4	Excludentes de responsabilidade .....	387
3.4.1	Fato exclusivo da vítima .....	387
3.4.2	Fato de terceiro .....	389
3.4.3	Caso fortuito e força maior .....	390
3.5	Concorrência de causas.....	393
4.	Características da responsabilidade civil.....	394
4.1	Autonomia .....	394
4.2	Solidariedade .....	394
5.	Casos de responsabilidade independente de culpa no Código Civil.....	395
5.1	Responsabilidade por fato próprio .....	395
5.1.1	Responsabilidade da pessoa que agiu em estado de necessidade .....	395
5.1.2	Responsabilidade do incapaz.....	396
5.2	Responsabilidade por fato de terceiro.....	397
5.2.1	Responsabilidade do responsável pelo incapaz.....	397
5.2.2	Responsabilidade do empregador ou comitente .....	398
5.2.3	Responsabilidade do hospedeiro.....	400
5.2.4	Responsabilidade do beneficiado por produto de crime .....	401
5.2.5	Responsabilidade do morador de edifício .....	401
5.3	Responsabilidade pelo fato da coisa .....	401
5.3.1	Responsabilidade pelo fato do animal.....	401
5.3.2	Responsabilidade pelo fato do edifício ou construção.....	403
6.	Dever de indenizar .....	403
6.1	Valor da indenização .....	404

6.1.1	Indenização do dano material .....	405
6.1.2	Indenização do dano moral .....	405
6.1.2.1	Jurisprudência do STJ e o método bifásico para o arbitramento da indenização por dano moral.....	405
6.1.3	Indenização por morte e alimentos indenizatórios .....	407
6.1.4	Indenização por lesão à saúde e por inabilitação ou redução da capacidade laborativa da vítima .....	410

## **Parte III**

### **Direito dos Contratos**

<b>1.</b>	<b>Noção de Contrato.....</b>	<b>419</b>
1.	Contrato, necessidade e vontade .....	419
2.	Histórico da noção de contrato .....	420
3.	Conceito de contrato.....	421
4.	Requisitos de validade.....	421
5.	Eficácia dos contratos .....	422
<b>2.</b>	<b>Princípios Informadores do Direito dos Contratos (arts. 421, 422 e 2.035).....</b>	<b>425</b>
1.	Princípio da autonomia privada .....	425
2.	Princípio do consensualismo .....	427
3.	Princípio da obrigatoriedade .....	428
4.	Princípio da supremacia da ordem pública.....	429
5.	Princípio da boa-fé .....	429
5.1	Desdobramentos do princípio da boa-fé .....	431
5.1.1	Vedação do <i>venire contra factum proprium</i> .....	431
5.1.2	<i>Supressio</i> .....	431
5.1.3	<i>Surrectio</i> .....	432
5.1.4	Vedação da <i>tu quoque</i> .....	433
5.1.5	Diferença entre <i>venire contra factum proprium</i> e <i>tu quoque</i> – estudo de caso .....	434
5.2	Boa-fé objetiva e teoria da aparência.....	435
6.	Fundamento da principiologia: função social dos contratos.....	435
7.	Diálogo das fontes .....	436
<b>3.</b>	<b>Formação dos Contratos .....</b>	<b>439</b>
1.	Manifestação positiva e inequívoca de vontade.....	439
2.	Etapas da formação dos contratos.....	440

2.1	Negociações preliminares .....	440
2.1.1	Responsabilidade civil na fase das negociações preliminares ..	441
2.2	Proposta .....	443
2.2.1	Distinção entre proposta e negociações preliminares .....	443
2.2.2	Obrigatoriedade da proposta.....	444
2.2.3	Proposta entre presentes e proposta entre ausentes.....	444
2.3	Aceitação .....	445
2.3.1	Aceitação da proposta entre ausentes.....	446
2.3.1.1	Lugar da celebração do contrato entre ausentes.....	447
3.	Contrato preliminar .....	447
<b>4.</b>	<b>Contratos Peculiares .....</b>	<b>451</b>
1.	Estipulação em favor de terceiro .....	451
2.	Promessa de fato de terceiro.....	452
3.	Contrato com pessoa a declarar.....	453
4.	Contrato consigo mesmo.....	454
<b>5.</b>	<b>Classificação dos Contratos.....</b>	<b>457</b>
1.	Contrato típico e atípico .....	457
2.	Contrato consensual, formal e real.....	458
3.	Contrato bilateral e unilateral .....	459
4.	Contrato gratuito e oneroso .....	460
5.	Contrato comutativo, preestimado e aleatório .....	462
5.1	Disciplina legal do contrato aleatório .....	462
6.	Contrato de execução imediata e de execução diferida.....	464
7.	Contrato por adesão.....	465
<b>6.</b>	<b>Disciplina Especial dos Contratos Bilaterais e Onerosos .....</b>	<b>467</b>
1.	Disciplina especial dos contratos bilaterais.....	467
1.1	Exceção do contrato não cumprido.....	467
1.2	Cláusula resolutiva.....	469
1.3	Arras .....	469
1.3.1	Arras confirmatórias.....	470
1.3.2	Arras penitenciais.....	471
2.	Disciplina especial dos contratos onerosos.....	472
2.1	Vícios redibitórios.....	472
2.1.1	Ações edilícias e direitos decorrentes do vício redibitório .....	474
2.1.2	Decadência dos direitos à redibição e ao abatimento do preço.....	475

2.1.3	Ações edilícias e decadência do direito derivado do vício redibitório – estudo de caso.....	479
2.2	Evicção.....	480
2.2.1	Responsabilidade pela evicção.....	480
2.2.2	Denúnciação da lide ao alienante.....	481
2.2.3	Evicção – estudo de caso .....	484
<b>7.</b>	<b>Extinção dos Contratos sem Cumprimento .....</b>	<b>487</b>
1.	Resolução.....	487
2.	Resilição .....	489
2.1	Resilição bilateral .....	489
2.2	Resilição unilateral .....	490
2.2.1	Denúncia .....	490
2.2.2	Revogação e renúncia .....	491
2.2.3	Resgate .....	492
3.	Rescisão.....	492
<b>8.</b>	<b>Dirigismo Contratual .....</b>	<b>497</b>
1.	Imposição da contratação.....	497
2.	Imposição ou proibição de cláusulas.....	497
3.	Revisão contratual .....	497
3.1	Teoria da imprevisão .....	498
3.2	Teoria da onerosidade excessiva .....	499
3.3	Requisitos para a revisão contratual por aplicação das teorias da imprevisão e da onerosidade excessiva.....	500
3.4	Revisão contratual por aplicação do princípio da função social do contrato.....	501
<b>9.</b>	<b>Contratos Tipificados no Código Civil (arts. 481 a 839) .....</b>	<b>505</b>
1.	Compra e venda (arts. 481 a 532).....	505
1.1	Conceito e considerações gerais.....	505
1.1.1	Objeto .....	505
1.1.2	Direito de preferência entre condôminos .....	506
1.1.3	Preço .....	506
1.1.4	Tradição e despesas com a transferência da propriedade .....	507
1.1.5	Riscos da coisa .....	508
1.1.6	Venda de ascendente a descendente .....	508
1.1.7	Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i> .....	510
1.2	Caracterização jurídica .....	512

1.3	Cláusulas especiais da compra e venda.....	513
1.3.1	Retrovenda .....	513
1.3.2	Venda a contento .....	514
1.3.3	Venda sujeita a prova .....	515
1.3.4	Preempção ou preferência.....	515
1.3.5	Venda com reserva de domínio.....	517
1.4	Venda sobre documentos.....	518
2.	Troca (art. 533).....	519
2.1	Conceito e considerações gerais.....	519
2.2	Caracterização jurídica .....	519
3.	Contrato estimatório (arts. 534 a 537).....	519
3.1	Conceito e considerações gerais.....	520
3.2	Caracterização jurídica .....	521
4.	Doação (arts. 538 a 564) .....	522
4.1	Conceito e considerações gerais.....	522
4.1.1	Aceitação .....	522
4.1.2	Doação remuneratória.....	522
4.1.3	Doação como adiantamento de herança.....	522
4.1.4	Anulabilidade da doação feita pelo cônjuge adúltero ao amante .....	524
4.1.5	Subvenção periódica .....	524
4.1.6	Cláusula de reversão – doação com condição resolutiva.....	524
4.1.7	Nulidade da doação que priva o doador do necessário à sua subsistência .....	525
4.1.8	Doação feita em contemplação de casamento futuro.....	525
4.1.9	Responsabilidade do doador.....	525
4.1.10	Doação a mais de um donatário em comum.....	525
4.1.11	Doação com encargo.....	526
4.1.12	Doação a entidade futura .....	526
4.2	Caracterização jurídica .....	526
4.3	Revogação da doação .....	527
4.3.1	Revogação por ingratidão .....	527
4.3.2	Revogação por descumprimento do encargo .....	528
4.3.3	Decadência do direito à revogação e ação revogatória.....	528
5.	Locação (arts. 565 a 578) .....	529
5.1	Conceito e considerações gerais.....	529
5.1.1	Obrigações do locador.....	530
5.1.2	Obrigações do locatário.....	530

5.1.3	Revisão e resolução em caso de deterioração superveniente da coisa .....	530
5.1.4	Alienação da coisa locada .....	530
5.1.5	Uso da coisa.....	531
5.1.6	Realização de benfeitorias.....	532
5.1.7	Garantia da locação.....	532
5.1.8	Resilição da locação .....	532
5.1.9	Extinção natural da locação.....	532
5.1.10	Transferência ou extinção causa mortis .....	533
5.1.11	Transferência por divórcio, separação ou dissolução da união estável do locatário.....	533
5.1.12	Cessão, sublocação e comodato do objeto da locação.....	533
5.2	Caracterização jurídica .....	533
6.	Comodato (arts. 579 a 585).....	534
6.1	Conceito e considerações gerais.....	535
6.1.1	Obrigações do comodatário.....	535
6.1.2	Responsabilidade pelos riscos .....	535
6.1.3	Responsabilidade solidária.....	535
6.1.4	Despesas com a coisa .....	536
6.1.5	Prazo e extinção do comodato .....	536
6.1.6	Situações de vedação do comodato.....	537
6.2	Caracterização jurídica .....	539
7.	Mútuo (arts. 586 a 592).....	540
7.1	Conceito e considerações gerais.....	540
7.1.1	Transmissão da propriedade ao mutuário .....	541
7.1.2	Exigência de garantia posterior .....	541
7.1.3	Juros e capitalização .....	541
7.1.4	Prazo e extinção do mútuo .....	541
7.1.5	Empréstimo a pessoa menor.....	541
7.2	Caracterização jurídica .....	543
8.	Prestação de serviços (arts. 593 a 609).....	543
8.1	Conceito e considerações gerais.....	543
8.1.1	Objeto da prestação de serviços .....	543
8.1.2	Natureza da prestação do serviço.....	544
8.1.3	Prazo e extinção da prestação de serviço .....	544
8.1.4	Remuneração .....	545
8.1.5	Caráter personalíssimo do contrato.....	545
8.1.6	Habilitação do prestador .....	545
8.1.7	Aliciamento do prestador.....	545

8.1.8	Assinatura do contrato a rogo .....	546
8.2	Caracterização jurídica .....	546
9.	Empreitada (arts. 610 a 626) .....	546
9.1	Conceito e considerações gerais.....	546
9.1.1	Empreitada de labor e empreitada de materiais .....	547
9.1.2	Empreitada de projeto, empreitada de obra e fiscalização.....	547
9.1.3	Obra que se realiza em partes distintas ou por medida .....	548
9.1.4	Verificação da obra concluída.....	548
9.1.5	Revisão do preço .....	549
9.1.6	Suspensão da obra.....	549
9.1.7	Extinção da empreitada.....	549
9.2	Caracterização jurídica .....	549
10.	Depósito (arts. 627 a 652) .....	550
10.1	Conceito e considerações gerais.....	550
10.1.1	Depósito voluntário .....	550
10.1.1.1	Obrigações e responsabilidade do depositário .....	550
10.1.1.2	Alienação da coisa depositada pelo herdeiro do depositário.....	551
10.1.1.3	Extinção do depósito.....	551
10.1.1.4	Vedação do uso da coisa e depósito celebrado pelo depositário com terceiro.....	552
10.1.1.5	Depósito irregular .....	552
10.1.2	Depósito necessário .....	552
10.1.3	Inconstitucionalidade da prisão do depositário infiel.....	553
10.2	Caracterização jurídica .....	553
11.	Mandato (arts. 653 a 692).....	554
11.1	Conceito e considerações gerais.....	554
11.1.1	Mandato e procuração.....	554
11.1.2	Representação e outorga de poderes.....	554
11.1.3	Atos que podem ser objeto de mandato.....	555
11.1.4	Capacidade para celebrar mandato.....	556
11.1.5	Obrigações do mandatário.....	556
11.1.6	Obrigações do mandante .....	557
11.1.7	Direito de retenção.....	558
11.1.8	Extinção do mandato.....	558
11.2	Caracterização jurídica .....	559
12.	Comissão (arts. 693 a 709) .....	560
12.1	Conceito e considerações gerais.....	560
12.2	Caracterização jurídica .....	560

13. Agência e distribuição (arts. 710 a 721).....	561
13.1 Conceito e considerações gerais.....	561
13.2 Caracterização jurídica .....	561
14. Corretagem (arts. 722 a 729).....	562
14.1 Conceito e considerações gerais.....	562
14.2 Caracterização jurídica .....	563
15. Transporte (arts. 730 a 756).....	563
15.1 Conceito e considerações gerais.....	563
15.1.1 Transporte cumulativo .....	564
15.1.2 Transporte de pessoas.....	564
15.1.3 Transporte de coisas.....	565
15.2 Caracterização jurídica .....	566
16. Seguro (arts. 757 a 802) .....	567
16.1 Conceito e considerações gerais.....	567
16.1.1 Capacidade especial para ser segurador.....	567
16.1.2 Nomenclatura peculiar do seguro.....	567
16.1.3 Prêmio.....	568
16.1.4 Apólice .....	568
16.1.5 Proposta e determinação do interesse protegido e dos riscos....	568
16.1.6 Mora do segurado .....	569
16.1.7 Boa-fé no seguro.....	569
16.1.8 Sinistro e indenização.....	570
16.1.9 Beneficiário do seguro.....	570
16.1.10 Seguro de dano .....	570
16.1.10.1 Pluralidade de seguros.....	571
16.1.10.2 Risco .....	571
16.1.10.3 Boa-fé.....	571
16.1.10.4 Sinistro e indenização .....	572
16.1.10.5 Transferência do seguro.....	572
16.1.11 Seguro de pessoa .....	572
16.1.11.1 Seguro de grupo.....	572
16.1.11.2 Impossibilidade de sub-rogação do segurador.....	573
16.1.11.3 Seguro da vida de terceiro .....	573
16.1.11.4 Beneficiário .....	573
16.1.11.5 Prêmio e indenização.....	573
16.2 Caracterização jurídica .....	574
17. Constituição de renda (arts. 803 a 813).....	574
17.1 Conceito e considerações gerais.....	574
17.2 Caracterização jurídica .....	575

18. Jogo e aposta (arts. 814 a 817).....	575
18.1 Conceito e considerações gerais.....	576
18.2 Caracterização jurídica .....	576
19. Fiança (arts. 818 a 839) .....	576
19.1 Conceito e considerações gerais.....	576
19.1.1 Benefício de ordem e solidariedade.....	577
19.1.2 Cofiança.....	578
19.1.3 Direito de regresso contra o devedor.....	578
19.1.4 Prazo da fiança.....	578
19.1.5 Demora do credor na execução do devedor .....	578
19.1.6 Extinção da fiança .....	578
19.2 Caracterização jurídica .....	580
<b>10. Atos Unilaterais (arts. 854 a 886).....</b>	<b>593</b>
1. Promessa de recompensa (arts. 854 a 860).....	593
2. Gestão de negócios .....	594
2.1 Deveres e responsabilidade do gestor .....	594
2.2 Obrigações do dono do negócio .....	595
3. Enriquecimento sem causa.....	597
3.1 Teorias sobre o enriquecimento sem causa .....	597
3.2 Ação de enriquecimento sem causa .....	599
4. Pagamento indevido.....	600
4.1 Melhoramentos, acréscimos e deteriorações da coisa recebida indevidamente .....	600
4.2 Entrega indevida de imóvel .....	600
4.3 Pagamento indevido ao acipiente que era credor de outro devedor .....	601
4.4 Cumprimento de obrigação de fazer indevida.....	602
4.5 Irrepetibilidade da dívida oriunda de obrigação prescrita ou natural...	602
4.6 Irrepetibilidade do que se pagou em caso de obrigação que tenha objeto ilícito ou imoral.....	602

## **Parte IV**

### **Direito das Coisas**

<b>1. Noção de Direito Real .....</b>	<b>605</b>
<b>2. Posse (arts. 1.196 a 1.224).....</b>	<b>609</b>
1. Teorias sobre a posse.....	609

1.1	Teoria subjetivista .....	609
1.2	Teoria objetivista .....	611
1.2.1	Posse e utilização econômica da propriedade .....	612
1.2.2	Proteção possessória na teoria objetivista.....	612
1.2.3	Extensão da proteção possessória na teoria objetivista.....	613
1.2.4	Detenção na teoria objetivista .....	614
1.3	Comparativo entre as teorias subjetivista e objetivista .....	615
1.4	A posse no Direito brasileiro.....	615
2.	Natureza jurídica da posse .....	616
2.1	Teoria da posse como estado de fato .....	616
2.2	Teoria eclética.....	616
2.3	Teoria da posse como direito subjetivo.....	617
2.4	Teoria de Teixeira de Freitas .....	617
3.	Situações de posse.....	619
3.1	A posse na ocupação .....	619
3.2	A posse na tradição.....	620
3.3	A posse na usucapião.....	621
3.4	A posse dos interditos .....	621
4.	Classificação da posse .....	622
4.1	Posse jurídica e posse natural.....	622
4.2	Posse justa e posse injusta.....	623
4.2.1	Caráter temporário e convalidação da violência e da clandestinidade .....	624
4.2.2	Posse injusta – estudo de caso .....	626
4.3	Posse nova e posse velha .....	627
4.4	Posse com justo título e sem justo título.....	628
4.5	Posse de boa-fé e de má-fé.....	629
4.6	Posse direta e posse indireta.....	630
4.7	Composse.....	631
4.8	Posse <i>ad usucapionem</i> .....	632
4.9	Posse <i>ad interdicta</i> .....	632
5.	Detenção .....	632
5.1	Detenção no art. 1.198 – o servidor ou fâmulos da posse.....	632
5.1.1	Autoproteção.....	633
5.2	Detenção no art. 1.208 – os casos de mera permissão ou tolerância .....	633
5.3	Detenção e posse natural .....	634
5.3.1	Diferença entre posse e detenção – estudo de caso .....	635
6.	Direito de inércia possessória e direito de possuir.....	636
7.	Função social da posse.....	641

8. Objeto da posse.....	642
8.1 Considerações acerca da posse de servidões.....	643
9. Aquisição e perda da posse.....	644
9.1 Aquisição da posse.....	644
9.1.1 Aquisição originária e aquisição derivada .....	645
9.1.1.1 Aquisição originária.....	645
9.1.1.2 Aquisição derivada.....	646
9.1.2 Quem pode adquirir a posse.....	646
9.1.3 Aquisição a título universal e a título singular .....	647
9.1.4 Extensão da aquisição da posse das coisas imóveis .....	647
9.2 Perda da posse .....	648
9.2.1 Derrelicção .....	648
9.2.2 Tradição .....	649
9.2.3 Esbulho .....	649
9.2.4 Destruição .....	650
10. Efeitos da posse.....	650
10.1 Proteção possessória.....	650
10.1.1 Legítima defesa da posse .....	651
10.1.2 Ação de reintegração de posse.....	653
10.1.2.1 Diferença entre ação de reintegração de posse e ação reivindicatória – estudo de caso .....	658
10.1.3 Ação de manutenção de posse.....	658
10.1.4 Interdito proibitório .....	660
10.1.5 Outras considerações acerca das ações possessórias.....	661
10.1.5.1 Fungibilidade das ações possessórias.....	661
10.1.5.2 Natureza dúplice das ações possessórias .....	661
10.1.5.3 Exceção de domínio .....	661
10.1.5.4 Pedidos cumulados .....	661
10.1.5.5 Manutenção provisória na posse.....	662
10.1.5.6 Ajuizamento de ação possessória em face de terceiro.....	662
10.1.5.7 Nomeação à autoria.....	662
10.2 Percepção dos frutos.....	663
10.3 Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa.....	665
10.4 Indenização pelas benfeitorias .....	666
10.5 Usucapião.....	667
<b>3. Propriedade (arts. 1.228 a 1.368-A) .....</b>	<b>671</b>
1. Conceito de propriedade .....	671

2.	Poderes da propriedade .....	672
2.1	Poder de usar .....	672
2.2	Poder de fruir .....	672
2.3	Poder de dispor .....	673
2.4	Poder de reivindicar .....	673
2.5	Direito de possuir.....	673
3.	Fundamento da propriedade.....	673
3.1	Teoria da ocupação .....	673
3.2	Teoria do trabalho.....	674
3.3	Teoria da lei.....	674
3.4	Teoria do instinto de conservação .....	674
4.	Função social da propriedade .....	674
5.	Propriedade plena e propriedade limitada.....	677
6.	Extensão da propriedade do solo .....	677
7.	Aquisição da propriedade dos bens imóveis.....	678
7.1	Registro do título translativo .....	678
7.2	Usucapião.....	679
7.2.1	Fundamento da usucapião .....	681
7.2.2	Elementos configuradores.....	681
7.2.2.1	Posse <i>ad usucapionem</i> .....	682
7.2.2.2	Lapso temporal prescrito em lei .....	685
7.2.3	Modalidades de usucapião .....	686
7.2.3.1	Usucapião extraordinária .....	686
7.2.3.2	Usucapião ordinária .....	688
7.2.3.3	Usucapião especial urbana .....	693
7.2.3.4	Usucapião especial urbana coletiva.....	695
7.2.3.5	Usucapião especial rural.....	697
7.2.3.6	Usucapião social indenizada .....	698
7.2.3.7	Usucapião por abandono do lar.....	700
7.2.4	Procedimentos de usucapião .....	702
7.2.5	Impedimento, suspensão e interrupção do prazo de usucapião.....	703
7.2.6	Usucapião – estudo de caso .....	703
7.3	Acessão.....	704
7.3.1	Formação de ilhas .....	704
7.3.2	Aluvião.....	707
7.3.3	Avulsão .....	707
7.3.4	Abandono de álveo.....	708
7.3.5	Plantações e construções.....	709

8. Aquisição da propriedade dos bens móveis .....	711
8.1 Tradição.....	711
8.1.1 Tradição nua e tradição por quem não é dono.....	714
8.2 Ocupação .....	714
8.3 Achado do tesouro.....	715
8.4 Especificação .....	716
8.5 Confusão, comistão e adjunção .....	717
8.5.1 Adjunção e especificação – estudo de caso.....	718
8.6 Usucapião.....	719
8.6.1 Usucapião ordinária.....	720
8.6.2 Usucapião extraordinária.....	720
9. Descoberta ou invenção.....	721
10. Perda da propriedade .....	722
10.1 Alienação.....	722
10.2 Renúncia .....	722
10.3 Abandono.....	723
10.4 Perecimento da coisa.....	724
10.5 Desapropriação .....	724
11. Condomínio.....	725
11.1 Condomínio voluntário .....	726
11.1.1 Direitos dos condôminos .....	727
11.1.2 Deveres dos condôminos .....	728
11.1.3 Administração do condomínio voluntário .....	728
11.2 Condomínio necessário .....	729
11.3 Condomínio edilício .....	730
11.3.1 Natureza jurídica do condomínio edilício.....	731
11.3.2 Condomínio de lotes – condomínio edilício em loteamento fechado.....	732
11.3.2.1 Polêmica anterior à Lei 13.465/2017 e as associa- ções.....	733
11.3.3 Instituição, constituição e regulamentação do condomínio edilício .....	735
11.3.4 Direitos e deveres dos condôminos .....	736
11.3.5 Realização de obras.....	738
11.3.6 Administração do condomínio edilício .....	739
11.3.7 Extinção do condomínio.....	740
11.4 Condomínio em multipropriedade ou com posse compartilhada .....	742
11.4.1 Conceito e origem do condomínio em multipropriedade.....	742
11.4.2 Características do condomínio em multipropriedade .....	743

11.4.3	Instituição do condomínio em multipropriedade .....	743
11.4.4	Direitos e deveres dos condôminos multiproprietários .....	744
11.4.5	Transmissão dos direitos decorrentes do condomínio em multipropriedade.....	746
11.4.6	Administração do condomínio em multipropriedade .....	746
11.4.7	Condomínio em multipropriedade em condomínio edilício...	747
11.4.8	Condomínio em multipropriedade e a Lei de Registros Públicos.....	749
12.	Direitos de vizinhança .....	750
12.1	Uso da propriedade.....	750
12.2	Árvores limítrofes .....	751
12.3	Passagem forçada .....	751
12.4	Passagem de cabos e tubulações .....	754
12.5	Águas .....	754
12.6	Limites entre prédios .....	756
12.7	Construção.....	757
13.	Propriedade resolúvel.....	759
14.	Propriedade fiduciária .....	759
<b>4.</b>	<b>Direitos Reais sobre a Coisa Alheia (arts. 1.369 a 1.510).....</b>	<b>773</b>
1.	Direitos reais de uso e fruição.....	773
1.1	Superfície .....	773
1.1.1	Direitos e deveres do superficiário e do concedente .....	774
1.1.2	Extinção da superfície.....	774
1.2	Servidão.....	775
1.2.1	Classificação da servidão.....	777
1.2.2	Direitos e deveres decorrentes da servidão.....	777
1.2.3	Extinção das servidões.....	778
1.3	Usufruto .....	780
1.3.1	Classificação do usufruto .....	781
1.3.2	Direitos e deveres do usufrutuário.....	782
1.3.3	Extinção do usufruto .....	784
1.4	Uso .....	786
1.5	Habitação .....	786
1.6	Laje.....	787
1.7	Enfiteuse.....	788
2.	Direito real de aquisição .....	791
2.1	Diferença entre direito real de aquisição e direito oriundo de promessa de compra e venda – estudo de caso .....	792

3. Direitos reais de garantia .....	792
3.1 Normas gerais incidentes sobre os direitos reais de garantia .....	793
3.2 Penhor .....	795
3.2.1 Direitos do credor pignoratício .....	795
3.2.2 Deveres do credor pignoratício .....	796
3.2.3 Extinção do penhor.....	797
3.2.4 Penhor rural .....	798
3.2.5 Penhor industrial e mercantil .....	799
3.2.6 Penhor de direitos e títulos de crédito .....	800
3.2.6.1 Penhor de direitos.....	800
3.2.6.2 Penhor de títulos.....	800
3.2.7 Penhor de veículos .....	801
3.2.8 Penhor legal.....	801
3.3 Hipoteca .....	802
3.3.1 Hipoteca legal .....	806
3.3.2 Registro da hipoteca.....	807
3.3.3 Extinção da hipoteca.....	807
3.3.4 Hipoteca de vias férreas.....	808
3.4 Anticrese .....	809

## **Parte V**

### **Direito de Família**

<b>1. Noção de Família .....</b>	<b>819</b>
1. Conceito de família .....	819
2. Modelos de família .....	822
2.1 Família matrimonial.....	822
2.2 Família por união estável entre homem e mulher .....	823
2.3 Família homoafetiva .....	823
2.4 Família mosaico .....	831
2.5 Família monoparental .....	831
2.6 Família parental.....	831
2.7 Família paralela .....	832
2.8 Família poliafetiva.....	835
<b>2. Princípios Informadores do Direito de Família .....</b>	<b>839</b>
1. Princípio da dignidade da pessoa humana .....	840
2. Princípio da pluralidade dos modelos de família.....	840
3. Princípio do livre planejamento familiar.....	841
4. Princípio do melhor interesse do menor .....	841

<b>3. Casamento (arts. 1.511 a 1.582 e 1.639 a 1.688)</b> .....	843
1. Conceito e natureza jurídica do casamento .....	843
2. Modalidades de casamento-ato .....	844
2.1 Casamento civil.....	844
2.2 Casamento religioso .....	844
2.3 Casamento homoafetivo .....	845
2.4 Casamento por mandatário.....	849
2.5 Casamento nuncupativo .....	849
2.6 Casamento consular .....	850
2.7 Casamento putativo.....	850
2.8 Casamento estrangeiro.....	851
3. Capacidade para casar.....	851
4. Impedimentos ao casamento .....	853
4.1 Impedimentos dirimentes.....	853
4.1.1 Impedimentos dirimentes públicos (causas impeditivas).....	853
4.1.1.1 Impedimento do incesto.....	853
4.1.1.2 Impedimento da bigamia .....	854
4.1.1.3 Impedimento do favorecimento do homicídio .....	854
4.1.2 Impedimentos dirimentes privados.....	855
4.1.2.1 Ausência de idade mínima.....	855
4.1.2.2 Ausência de autorização .....	855
4.1.2.3 Erro e coação.....	855
4.1.2.4 Incapacidade de consentir ou de manifestar inequi- vocamente o consentimento .....	855
4.1.2.5 Revogação do mandato.....	856
4.2 Impedimentos impeditivos (causas suspensivas).....	856
4.2.1 Morte do cônjuge .....	857
4.2.2 Presunção de paternidade .....	857
4.2.3 Divórcio, pendente partilha de bens.....	857
4.2.4 Exercício e prestação de contas da tutela ou curatela.....	857
5. Habilitação para o casamento .....	858
5.1 Apresentação de documentos.....	858
5.2 Proclamas (edital) .....	859
5.3 Registro .....	859
5.4 Extração de certificado.....	859
6. Celebração do casamento .....	859
7. Provas do casamento.....	861
7.1 Posse do estado de casados.....	862
7.2 <i>In dubio pro matrimonio</i> .....	862
7.3 Sentença declaratória do casamento .....	863

8. Invalidade do casamento .....	863
8.1 Causas de nulidade .....	863
8.2 Causas de anulabilidade.....	863
8.2.1 Casamento do menor de dezesseis anos.....	864
8.2.2 Casamento do menor em idade núbil, sem autorização .....	864
8.2.3 Erro ou coação.....	865
8.2.3.1 Erro.....	865
8.2.3.2 Coação .....	868
8.2.4 Incapacidade de consentir ou manifestar o consentimento .....	868
8.2.5 Revogação do mandato .....	868
8.2.6 Incompetência da autoridade celebrante .....	869
8.3 Invalidade do casamento e efeitos do casamento putativo – estudo de caso .....	870
9. Efeitos do casamento.....	871
9.1 Direitos referentes à direção da sociedade conjugal e da família .....	871
9.2 Direito de acrescer o sobrenome do cônjuge ao seu .....	872
9.3 Deveres dos cônjuges.....	872
9.3.1 Dever de fidelidade recíproca.....	872
9.3.2 Dever de vida em comum no domicílio conjugal.....	874
9.3.3 Dever de mútua assistência.....	875
9.3.4 Dever de sustento, guarda e educação dos filhos.....	875
9.3.5 Dever de respeito e consideração mútuos.....	876
10. Regimes de bens.....	876
10.1 Pacto antenupcial.....	877
10.2 Regime de comunhão parcial.....	879
10.2.1 Bens excluídos da comunhão no regime da comunhão parcial .....	879
10.2.1.1 Bens anteriores ao casamento .....	879
10.2.1.2 Bens havidos por doação ou sucessão .....	880
10.2.1.3 Bens sub-rogados.....	880
10.2.1.4 Obrigações anteriores ao casamento.....	880
10.2.1.5 Obrigações provenientes de atos ilícitos.....	881
10.2.1.6 Bens de uso pessoal.....	881
10.2.1.7 Livros e instrumentos de profissão .....	882
10.2.1.8 Renda do trabalho .....	882
10.2.1.9 Pensões e rendas semelhantes.....	883
10.2.1.10 Bens cuja causa de aquisição é anterior ao casamento .....	883

10.2.2	Bens incluídos na comunhão no regime da comunhão parcial .....	884
10.2.2.1	Bens adquiridos onerosamente na constância do casamento .....	884
10.2.2.2	Bens adquiridos por fato eventual.....	884
10.2.2.3	Bens transferidos a ambos os cônjuges.....	885
10.2.2.4	Benfeitorias em bens particulares .....	885
10.2.2.5	Frutos .....	886
10.2.3	Administração do patrimônio comum .....	886
10.3	Regime da comunhão universal.....	887
10.3.1	Bens excluídos da comunhão universal .....	889
10.3.1.1	Bens transferidos com cláusula de incomunicabilidade .....	889
10.3.1.2	Bens gravados de fideicomisso .....	889
10.3.1.3	Dívidas anteriores ao casamento.....	889
10.3.1.4	Bens havidos por doação antenupcial gravada de incomunicabilidade.....	890
10.3.1.5	Bens de uso pessoal, livros e instrumentos de profissão, proventos de trabalho e pensões.....	890
10.3.2	Comunicação dos frutos .....	892
10.3.3	Administração dos bens .....	892
10.4	Regime da participação final nos aquestos.....	892
10.4.1	Controle contábil dos bens.....	893
10.4.1.1	Doações.....	894
10.4.1.2	Alienações.....	894
10.4.1.3	Pagamentos de dívidas.....	894
10.4.1.4	Dívidas posteriores ao casamento .....	894
10.4.1.5	Bens adquiridos pelo esforço comum.....	894
10.4.2	Propriedade dos bens móveis e imóveis.....	895
10.4.3	Meação dos aquestos.....	895
10.5	Regime da separação de bens .....	897
10.5.1	Separação obrigatória .....	897
10.5.1.1	Casamentos que violem impedimentos impedientes.....	897
10.5.1.2	Casamento de pessoa maior de setenta anos .....	897
10.5.1.3	Casamento de pessoa que dependa de suprimento judicial.....	898
10.5.2	Consequências da separação de bens .....	898

10.5.3	Discussão acerca da comunicabilidade ou não dos aquestos no regime da separação legal, e da exigência de prova de esforço comum .....	898
10.6	Vigência e alteração do regime de bens .....	900
10.7	Atos que os cônjuges podem livremente praticar independentemente do regime de bens .....	901
10.7.1	Atos relativos à profissão .....	901
10.7.2	Atos de administração dos bens particulares .....	901
10.7.3	Atos referentes a bens imóveis gravados ou alienados sem o seu consentimento.....	901
10.7.4	Atos extintivos de doação, fiança ou aval.....	902
10.7.5	Atos de reivindicação de bens doados ou transferidos ao concubino .....	902
10.7.6	Atos não vedados expressamente.....	902
10.7.7	Atos de aquisição das coisas necessárias à economia doméstica .....	902
10.8	Atos vedados aos cônjuges sem autorização do outro, salvo no regime da separação absoluta .....	902
10.8.1	Alienação e gravação de bens imóveis.....	903
10.8.2	Atuação em demandas sobre bens imóveis.....	904
10.8.3	Prestação de fiança ou aval .....	904
10.8.4	Doação não remuneratória .....	904
10.9	Impossibilidade de o cônjuge exercer a administração dos bens que lhe incumbe.....	905
10.10	Posse dos bens particulares do cônjuge .....	906
11.	Extinção da sociedade e dissolução do vínculo conjugal.....	906
11.1	Divórcio.....	909
11.1.1	Ação de divórcio.....	910
11.2	Separação .....	912
11.2.1	Ação de separação .....	913
11.3	Separação de fato .....	914
11.4	Guarda dos filhos.....	914
11.5	Alimentos.....	914
<b>4.</b>	<b>União Estável (arts. 1.723 a 1.727).....</b>	<b>921</b>
1.	Caracterização da união estável.....	926
1.1	Elementos configuradores da união estável – estudo de caso.....	928
2.	Disciplina da união estável.....	932

3. Ações de reconhecimento e de dissolução de união estável no Código de Processo Civil DE 2015 .....	935
<b>5. Parentesco (arts. 1.591 a 1.638 e 1.689 a 1.693) .....</b>	<b>939</b>
1. Filiação .....	942
1.1 Histórico da disciplina da filiação .....	942
1.2 Proibição da discriminação .....	942
1.3 Presunção de paternidade dos filhos da mulher casada .....	942
1.3.1 Filhos nascidos após o casamento.....	943
1.3.2 Filhos nascidos em até trezentos dias após a extinção da sociedade conjugal .....	943
1.3.3 Filhos gerados por fecundação artificial .....	944
1.4 Impugnação da paternidade.....	945
1.5 Impugnação da maternidade.....	945
1.6 Reconhecimento espontâneo de filiação .....	945
1.6.1 Pedido declaratório de inexistência de filiação reconhecida espontaneamente – estudo de caso .....	951
1.7 Direito à declaração da identidade dos pais e ação declaratória de filiação.....	952
1.7.1 Insusceptibilidade de decadência do direito de impugnar a filiação.....	952
1.7.2 Titularidade do direito à declaração de filiação e legitimidade para ajuizar a ação declaratória .....	953
1.7.3 Ação declaratória de filiação.....	954
1.7.4 Ação declaratória de paternidade <i>post mortem</i> .....	955
1.8 Prova da filiação.....	957
1.9 Multiparentalidade .....	958
2. Adoção .....	961
2.1 Quem pode ser adotado e quem pode adotar.....	962
2.2 Efeitos da adoção .....	969
2.3 Procedimento da adoção .....	969
2.4 Adoção à brasileira .....	969
3. Autoridade parental (poder familiar) .....	970
3.1 Exercício da autoridade parental .....	971
3.1.1 Criação e educação.....	971
3.1.2 Exercício da guarda unilateral ou compartilhada.....	971
3.1.3 Consentimento para o casamento.....	972
3.1.4 Consentimento para viagens ao exterior.....	972

3.1.5	Consentimento para mudança de residência permanente para outro município.....	972
3.1.6	Nomeação de tutor.....	972
3.1.7	Representação e assistência.....	972
3.1.8	Recuperação.....	972
3.1.9	Obediência, respeito e realização de tarefas.....	972
3.2	Extinção, suspensão e perda da autoridade parental.....	973
3.2.1	Extinção da autoridade parental.....	973
3.2.2	Suspensão da autoridade parental.....	973
3.2.3	Perda da autoridade parental.....	974
3.3	Usufruto e administração dos bens dos filhos.....	975
4.	Guarda dos filhos.....	976
<b>6.</b>	<b>Alimentos (arts. 1.694 a 1.710)</b> .....	<b>985</b>
1.	Alimentos naturais, civis, provisórios, provisionais, transitórios, compensatórios, definitivos e gravídicos.....	986
1.1	Alimentos naturais e civis.....	986
1.2	Alimentos provisórios e provisionais.....	986
1.3	Alimentos transitórios.....	987
1.4	Alimentos compensatórios.....	989
1.5	Alimentos definitivos.....	991
1.6	Alimentos gravídicos.....	991
2.	Obrigação alimentar.....	992
2.1	Obrigação oriunda de vínculo de parentesco.....	994
2.2	Obrigação oriunda de vínculo conjugal dissolvido.....	998
2.3	Prisão civil do devedor de alimentos.....	1002
<b>7.</b>	<b>Bem de Família (arts. 1.711 a 1.722)</b> .....	<b>1005</b>
1.	Bem de família legal e bem de família convencional.....	1005
1.1	Bem de família legal.....	1005
1.2	Bem de família convencional.....	1006
2.	Disciplina do bem de família.....	1006
<b>8.</b>	<b>Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada (arts. 1.728 a 1.783-A)</b> .....	<b>1011</b>
1.	Tutela.....	1011
1.1	Pessoas incapazes de exercer a tutela.....	1012
1.2	Escusa dos tutores.....	1013
1.3	Exercício da tutela.....	1013
1.4	Administração dos bens do menor.....	1015

1.5	Destinação dos bens do menor .....	1015
1.6	Prestação de contas .....	1016
1.7	Cessação da tutela .....	1017
2.	Curatela .....	1017
2.1	Interdição no CPC/2015 .....	1018
2.2	Peculiaridades da curatela .....	1021
2.3	Curatela do nascituro .....	1023
2.4	Exercício da curatela.....	1023
3.	Tomada de decisão apoiada.....	1024

## **Parte VI**

### **Direito das Sucessões**

<b>1.</b>	<b>Noção de Sucessão, Direito Sucessório, Herança e Legado .....</b>	<b>1031</b>
1.	Sucessão .....	1031
1.1	Fundamento da sucessão .....	1031
1.2	Crítica da sucessão.....	1032
2.	Direito sucessório .....	1033
3.	Sucessão testamentária e legítima .....	1033
4.	Sucessão a título universal e a título singular .....	1034
5.	Herança e legado.....	1034
5.1	Indivisibilidade da herança.....	1034
5.2	Espólio.....	1035
6.	Pacto sucessório .....	1035
7.	Planejamento sucessório.....	1037
<b>2.</b>	<b>Abertura da Sucessão .....</b>	<b>1039</b>
1.	Transmissão da herança.....	1039
1.1	Pressupostos da transmissão da herança .....	1040
1.1.1	Comoriência .....	1040
1.1.2	Capacidade para suceder.....	1041
1.2	Transmissão da posse e o <i>droit de saisine</i> .....	1042
2.	Lugar da abertura da sucessão .....	1043
3.	Aceitação e renúncia da herança .....	1044
3.1	Aceitação da herança.....	1045
3.2	Renúncia da herança .....	1048
3.3	Títulos sucessórios diversos.....	1051
3.4	Capacidade para aceitar e renunciar e autorização do cônjuge .....	1051
4.	Cessão do direito à sucessão aberta .....	1052

5. Herança jacente.....	1053
6. Petição de herança.....	1055
<b>3. Sucessão Legítima (arts. 1.790, 1.814 a 1.818, 1.829 a 1.856) .....</b>	<b>1059</b>
1. Herdeiros necessários.....	1059
2. Herdeiros legítimos .....	1061
3. Sucessão por cabeça e por estirpe.....	1061
3.1 Sucessão por cabeça.....	1061
3.2 Sucessão por estirpe.....	1062
4. Direito de transmissão e direito de representação .....	1063
4.1 Direito de transmissão .....	1063
4.2 Direito de representação .....	1064
5. Ordem de vocação hereditária.....	1066
5.1 Primeira ordem de vocação hereditária.....	1067
5.1.1 Sucessão dos descendentes.....	1067
5.1.2 Sucessão do cônjuge ou companheiro em concorrência com os descendentes .....	1068
5.1.3 Divisão da herança e quinhão mínimo do cônjuge ou companheiro.....	1075
5.1.4 Direito real de habitação do cônjuge ou companheiro .....	1076
5.1.5 Exemplos .....	1077
5.2 Segunda ordem de vocação hereditária .....	1078
5.2.1 Sucessão dos ascendentes.....	1078
5.2.2 Sucessão do cônjuge ou companheiro em concorrência com os ascendentes.....	1079
5.2.3 Exemplos .....	1080
5.3 Terceira ordem de vocação hereditária .....	1080
5.3.1 Exemplos .....	1080
5.4 Quarta ordem de vocação hereditária.....	1080
5.4.1 Sucessão dos colaterais de segundo grau .....	1081
5.4.2 Sucessão dos colaterais de terceiro grau.....	1083
5.4.3 Sucessão dos colaterais de quarto grau.....	1084
5.4.4 Exemplos .....	1084
6. Sucessão do companheiro .....	1084
6.1 Polêmicas após a decisão do STF.....	1086
6.2 Sucessão do companheiro conforme o art. 1.790.....	1087
7. Falta de herdeiros legítimos .....	1089
8. Indignidade do sucessor .....	1089
8.1 Hipóteses de indignidade.....	1090

8.1.1	Homicídio doloso tentado ou consumado.....	1090
8.1.2	Crime contra a honra.....	1090
8.1.3	Ato contrário à liberdade de testar.....	1094
8.2	Efeitos da indignidade.....	1094
8.2.1	Exclusão da sucessão.....	1094
8.2.2	Consideração como morto.....	1095
8.2.3	Proibição do usufruto e da administração dos bens ereptícios ....	1095
8.2.4	Exclusão da sucessão dos bens ereptícios .....	1096
8.2.5	Validade das alienações a terceiro de boa-fé e obrigação de indenizar .....	1096
8.2.6	Obrigação de restituir os frutos e direito à indenização das despesas de conservação .....	1097
8.3	Reabilitação do indigno .....	1097
8.4	Direito à erepção e ação de exclusão do indigno.....	1098
8.5	Projeto de Lei 118/2010.....	1099
<b>4.</b>	<b>Sucessão Testamentária (arts. 1.857 a 1.990) .....</b>	<b>1105</b>
1.	Histórico da sucessão testamentária .....	1105
2.	Liberdade para testar e capacidade testamentária ativa .....	1106
3.	Capacidade testamentária passiva.....	1107
4.	Noção e formas de testamento.....	1109
4.1	Testamentos ordinários.....	1110
4.1.1	Testamento público .....	1110
4.1.2	Testamento cerrado.....	1112
4.1.3	Testamento particular.....	1114
4.1.3.1	Testamento holografo, excepcional ou emergencial...	1117
4.1.4	Interpretação dos testamentos ordinários.....	1119
4.2	Testamentos especiais.....	1121
4.2.1	Testamento marítimo.....	1121
4.2.2	Testamento aeronáutico .....	1121
4.2.3	Testamento militar .....	1121
4.3	Codicilo.....	1122
4.4	Testamentos conjuntivos.....	1123
4.4.1	Testamento simultâneo.....	1123
4.4.2	Testamento recíproco.....	1123
4.4.3	Testamento correspectivo.....	1124
5.	Disposições testamentárias patrimoniais .....	1124
5.1	Instituição de herdeiros e legatários .....	1124
5.2	Substituição de herdeiros e legatários .....	1125

5.2.1	Substituição vulgar.....	1125
5.2.2	Substituição recíproca.....	1126
5.2.3	Substituição recíproca cumulada com vulgar.....	1126
5.2.4	Substituição fideicomissária .....	1126
5.3	Distribuição da herança entre os herdeiros.....	1129
5.4	Erro na identificação do herdeiro ou legatário ou na determinação do objeto do legado .....	1130
5.5	Disposições patrimoniais nulas .....	1130
5.5.1	Disposição captatória.....	1130
5.5.2	Disposição referente a pessoa incerta e indeterminável .....	1131
5.5.3	Disposição referente a pessoa incerta determinável por terceiro.....	1131
5.5.4	Disposição acerca de legado com valor a determinar .....	1131
5.5.5	Disposição em favor das pessoas vedadas pela lei .....	1131
5.5.6	Demais disposições nulas.....	1131
5.6	Disposições patrimoniais válidas.....	1132
5.6.1	Disposição referente a pessoa incerta, a ser determinada .....	1132
5.6.2	Disposição remuneratória.....	1133
5.6.3	Disposição contumeliosa.....	1133
5.7	Redução das disposições patrimoniais.....	1133
5.8	Cláusula de inalienabilidade.....	1135
5.9	Disposições testamentárias anuláveis e ineficazes.....	1135
5.10	Interpretação das disposições testamentárias .....	1135
6.	Deserdação .....	1136
7.	Legados .....	1138
7.1	Objeto dos legados.....	1138
7.1.1	Legado de coisa pertencente ao testador ou que dependa de sub-rogação .....	1138
7.1.2	Legado de coisa pertencente ao herdeiro ou outro legatário....	1139
7.1.3	Legado de crédito e de quitação .....	1139
7.1.4	Legado de alimentos .....	1140
7.1.5	Legado de usufruto .....	1140
7.2	Pagamento dos legados .....	1140
7.2.1	Legado de coisa certa integrante do acervo .....	1140
7.2.2	Legado de renda ou pensão.....	1141
7.2.3	Legado de prestações periódicas .....	1141
7.2.4	Legado de coisa determinada pelo gênero .....	1141
7.2.5	Legado alternativo .....	1141
7.2.6	Cumprimento dos legados .....	1142

7.3	Caducidade dos legados.....	1142
7.3.1	Modificação do objeto .....	1142
7.3.2	Alienação do objeto .....	1142
7.3.3	Perecimento ou evicção do objeto .....	1143
7.3.4	Exclusão do legatário da sucessão.....	1143
7.3.5	Morte do legatário antes da abertura da sucessão, do imple- mento da condição ou do advento do termo.....	1143
8.	Direito de acrescer.....	1143
9.	Revogação do testamento .....	1146
10.	Rompimento do testamento.....	1146
11.	Invalidade do testamento.....	1147
12.	Testamentaria .....	1148
12.1	Testamenteiro .....	1149
12.2	Exercício da testamentaria.....	1149
12.3	Remuneração do testamenteiro .....	1149
<b>5.</b>	<b>Inventário e Partilha (arts. 1.991 a 2.027).....</b>	<b>1155</b>
1.	Histórico do inventário e da partilha.....	1155
2.	Inventário.....	1156
2.1	Inventário judicial.....	1156
2.2	Inventário extrajudicial.....	1158
2.3	Administração da herança antes do compromisso do inventariante....	1158
2.4	Colaço.....	1158
2.4.1	Dispensa da colaço de bens doados a descendente que não foi chamado à sucessão – estudo de caso .....	1161
2.5	Sonegados .....	1161
2.6	Pagamento de dívidas.....	1162
3.	Partilha.....	1162
3.1	Sobrepilha .....	1163
4.	Arrolamento.....	1163

## Parte especial

### Regime Jurídico Emergencial e Transitório

<b>Comentários ao Regime Jurídico Emergencial e Transitório .....</b>	<b>1169</b>
Lei 14.010, de 10 de junho de 2020.....	1169
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>1179</b>
<b>Gabaritos .....</b>	<b>1185</b>